

# Crioulo, língua cabo-verdiana e educação no processo de desenvolvimento inclusivo em Cabo Verde

*José Arlindo Fernandes Barreto*

Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2024.46/pp.15-21>

## Resumo

Na atual configuração cultural, política, e económica mundial é largamente conhecido o debate em torno de temáticas que abarcam a “Educação” ou o “Desenvolvimento inclusivo”. Tanto no campo da investigação pura quanto no da investigação aplicada ou simplesmente na prática quotidiana da educação (família, escola, sociedade), questões tem sido levantadas visando entender o alcance que as expressões: “Educação” e “Desenvolvimento inclusivo” têm atingido. Se parece haver um consenso alargado sobre a importância da educação e das línguas num mundo cada vez mais globalizado, a dimensão que elas cobrem já nem sempre merece acordo generalizado.

Em Cabo Verde, a “Educação” assumiu desde os primórdios da formação da sociedade crioula, um papel decisivo na história do povo cabo-verdiano, surgindo como uma alavanca para potencializar o recurso até hoje apontado com o mais valioso – os recursos humanos. A situação da língua em Cabo Verde, até hoje, suscita acesos debates, prova de que ainda há um longo caminho a percorrer até se chegar a um consenso sobre qual será a melhor via a escolher.

Nesta comunicação, apoiando-me na evolução do conceito da “Educação”, na discussão da situação linguística do país, procurarei discutir os possíveis caminhos para se chegar ao “Desenvolvimento inclusivo”.

**Palavras-chave:** Educação; Língua; Desenvolvimento; Inclusão.

## Abstract

In the current cultural, political, and economic configuration of the world, the debate around issues that encompass “education” or “inclusive development” is widely known. Whether in the field of pure research, applied research or simply in the daily practice of education (family, school, society), questions have been raised about the extent to which the expressions: “education” and “inclusive development” have reached. While there seems to be a broad consensus on the importance of education and languages in an increasingly globalized world, the dimension they cover is not always the subject of general agreement.

In Cabo Verde, “education” has played a decisive role in the history of the Cape Verdean people since the beginning of the formation of the Creole society, and it has established itself as a lever for maximizing what has been considered the most precious resource – human resources. Even today, the linguistic situation in Cabo Verde is the subject of hot debate, proving that there is still a long way to go before a consensus is reached on the best way forward.

In this paper, based on the evolution of the concept of “education” and the discussion of the linguistic situation of the country, I will try to discuss the possible ways to achieve “inclusive development”.

**Keywords:** Education; Language; Development; Inclusion; Creole.

### **Crioulo: Significado e origem**

Há geralmente consenso sobre o facto de o termo “crioulo” tirar a sua origem na língua portuguesa. Alguns dicionários etimológicos atestam a sua presença sob forma hispanizante *crolo* em 1598, evoluindo para *criollo* em 1643, com indicações de que a forma espanhola terá derivado do português (Rey, 2000).

O interesse para o estudo do crioulo começou a desenvolver-se essencialmente no século XIX, e particularmente a partir de 1880, segundo o linguista francês Robert Chaudenson, altura em que alguns dos mais eminentes linguistas da época publicaram um número considerável de estudos sobre essa matéria, como é o caso do alemão Hugo Schuchardt.

Desde os primórdios dos estudos sobre o crioulo, longos debates surgiram sobre os contextos que permitiram a emergência dessa língua. Dominação colonial, escravatura, relações comerciais ou simplesmente línguas e culturas em contacto?

Tornou-se comum ouvirmos que o crioulo, como língua, tenha nascido da escravatura e que no decorrer dos séculos acabou por se libertar. Essa hipótese da emergência do crioulo com base na escravatura foi, no entanto, posta em causa pela linguista francesa Rosine Santos que, para sustentar a sua posição, durante a realização do primeiro Colóquio linguístico sobre o crioulo de Cabo Verde, em 1979, trouxe como exemplo, os crioulos de base inglesa: o *aku* na Gâmbia, o *Krio* na Serra Leoa que nasceram fora do contexto da escravatura.

Quanto aos crioulos da Guiné, de Cabo Verde e de Casamansa, ela avança a hipótese de terem “nascido das relações comerciais estabelecidas entre os portugueses e as populações africanas, antes do grande período escravagista, embora eles se tenham desenvolvido particularmente durante este último.” (Santos, 1979).

Para o linguista Manuel Veiga, saber se o crioulo “nasceu da dominação colonial ou da escravatura etc.” é uma questão secundária, como o seria também, a problemática da sua designação (Veiga, 1979). Segundo Veiga, a designação de “Crioulo” ou de “Língua cabo-verdiana” é indiferente, pois “tanto uma como outra” podem ser empregues, sem risco de nos diminuirmos histórica ou culturalmente. O que importa, do seu ponto de vista, seria o estatuto de que goza o “Crioulo”.

A questão que se pode colocar aqui é a de se saber se, em certa medida, a designação do termo não acarreta em si, o seu próprio estatuto. Para o antropólogo cabo-verdiano, Augusto Mesquitela Lima, por ter surgido da “dominação cultural a que os povos colonizados estiveram sujeitos” (Mesquitela Lima, 1979), a designação de “Crioulo” remete-nos a esse passado de dominação e de imposi-

ção cultural e de política coloniais que, desde os anos 1970, já não se adequam à realidade vivida em Cabo Verde.

Ora, o linguista francês Robert Chaudenson, defende, anos mais tarde, em 2010, no programa da Radio France Internacional (RFI), “*Danse des mots*”, que o critério de colonização, e por conseguinte, de dominação cultural não é suficiente para definir o surgimento do crioulo, argumentando que se assim fosse, haveria criouliização em todos os espaços onde houve colonização. Como é sabido, várias são as regiões onde houve colonização sem que esta, desse origem à criouliização. A criouliização seria, para Chaudenson, uma espécie de receita de “bruxa”, isto é, uma receita que combina vários elementos, mas que não funciona, se faltar, qualquer um dos elementos.

Esses elementos, no caso da criouliização, são: 1. o aprovisionamento em população, isto é, deve-se verificar a presença de uma população que não seja indígena ou que não esteja no seu território. 2. uma estrutura social que permita a criouliização, isto é uma sociedade de plantação ou de escravatura, com uma população exógena, nascida num outro meio e que não dispõe de instrumento de comunicação.

O facto é que os condicionalismos (históricos, sociais, políticos e económicos) vividos em CV desde a sua descoberta, essa receita de “bruxa” funcionou, para o caso de Cabo Verde e tornaram possível a emergência do crioulo, considerado um dos mais antigos, senão o mais antigo (ainda falado), pois já em 1558, apenas um século aproximadamente, depois do povoamento das ilhas (1462), encontra-se a referência ao crioulo de Cabo Verde. E essa rápida expansão do crioulo, atraiu detratores que no século XIX, passaram a combater o seu avanço lançando sobre ele, anátemas tais como:

**António Pusich**

– “*A língua que usam é um ridículo crioulo, diferente em cada ilha na pronúncia, e em muitos termos, sendo como vergonha entre eles, e mui particularmente entre as mulheres, o falarem e usar o idioma do Reino* (Ferreira, 1973).

**José Conrado Carlos de Chelmiki et Francisco Adolpho Varnhagem**

“*São apenas os filhos de Portugal que ainda falam a língua portuguesa; e mesmo estes acostumam-se logo à ridícula linguagem do país, geralmente usada e chamada a língua crioula, idioma o mais perverso, corrupto e imperfeito, sem construção, sem gramática, e que se não pode escrever*” (Chelmiki & Varnhagem, 1841).

**José Joaquim Lopes de Lima**

“*Gíria ridícula, composto monstruoso de antigo português, e das línguas da Guiné, que aquele povo [o cabo-verdiano] tanto preza e os mesmos brancos se comprazem a imitar*”<sup>1</sup>.

---

1. *Apud*, Manuel FERREIRA, *op. cit.*, p. 101

**João Augusto Martins**

*“Temos lido e ouvido controvérsias e opiniões diferentes [...] mas nós que não somos filólogos, limitamo-nos, baseados na diversidade de origens apontadas, a considerar o dialecto crioulo como uma verdadeira Babel, e a arquitectura da sua gramática como uma obra de proporções Volapuk supérflua e desnecessária, por entendermos essa língua condenada tanto pelo critério político como pelo critério civilizador de Cabo Verde<sup>2</sup>.”*

Todas essas citações têm em comum um olhar depreciativo sobre o crioulo que pode ainda ter as suas latências atualmente, com todas as consequências negativas que isso implica na definição da política linguística de Cabo Verde e da relação com o conhecimento nas escolas e na sociedade cabo-verdiana.

### **Passagem à Língua cabo-verdiana: melhoria de estatuto**

Assim, o debate em torno da língua cabo-verdiana continua acesa. Mas ele gira à volta de um outro foco, o da sua oficialização. O artigo 9º da Constituição da República de Cabo Verde de 1992, define apenas o português como língua oficial, mas deixa ao Estado o dever de promover “as condições para a oficialização da língua cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.”

Este ano letivo que está a terminar em Cabo Verde (ano letivo 2022-2023) foi feita a experiência do ensino da língua cabo-verdiana aos alunos do 10º ano de escolaridade. Certo, ela foi introduzida no plano curricular como disciplina opcional. No entanto a passagem da designação de “crioulo” (com a carga semântica pejorativa) a de “Língua cabo-verdiana” com o prestígio que ela ganha, revela, sem dúvidas, também, uma mudança clara do seu estatuto.

Deve-se realçar aqui que numa recente sondagem realizada pela Afrobarómetro apresentado na Praia em janeiro de 2023, 72% dos inquiridos mostram-se favoráveis ao uso do crioulo como “meio oficial de instrução em todas as escolas de Cabo Verde”. 78% apoiam o crioulo como “disciplina obrigatória em todas as escolas” do país. 64% concordam com a elevação da língua cabo-verdiana ao estatuto de língua oficial à imagem do português. Já em 2022, um grupo de 200 personalidades cabo-verdianas, constituído por linguistas, investigadores, juristas, personalidades influentes no meio cabo-verdiano assinou uma petição para a oficialização, ensino e padronização da língua cabo-verdiana.

Resta agora introduzir, no quadro desse debate sobre a sua oficialização, uma outra questão, a da educação para um desenvolvimento inclusivo.

Mas, antes de abordar a problemática da educação para o desenvolvimento inclusivo, analisemos brevemente o conceito de educação.

---

2, *Idem*, p. 101.

### **Breve análise do conceito de Educação**

O termo «educação» tem duas etimologias, ambas latinas: Educāre, que significa alimentar, criar e Educĕre, de “ex” – “fora de”, e “ducĕre” – “conduzir”. O conceito de educação remete-nos assim simultaneamente à ideia de cuidar e de fazer sair progressivamente de um estado a um outro, com uma pessoa (um menor) que é conduzida e uma outra que conduz – (um adulto).

Ora, conduzir e deixar-se conduzir é uma tarefa de grau elevado de dificuldade no período que atravessamos. Talvez uma das maiores dificuldades encontradas atualmente no domínio da educação prende-se com a representação que a atual geração (sobretudo os mais jovens) têm da emancipação. No seu livro: *Extension du domaine de la manipulation*, Michela Marzano afirma que assistimos hoje ao que se chama na gíria uma mudança de paradigma. Segundo ela:

*“do modelo «paternalista» segundo o qual a autoridade religiosa, moral ou política podia constantemente interferir com a liberdade dos indivíduos em nome do Bem ou da prevenção do Mal, passamos a um modelo “individualista”, segundo o qual ninguém pode mais do que o próprio indivíduo, determinar a concepção do Bem e, portanto, o que ele quer ou não quer fazer.” (Marzano, 2008)*

Baseados no culto contemporâneo da autonomia, da autenticidade e da espontaneidade, os indivíduos já não querem entrar no papel que outros lhes reservam. Eles recusam ser conduzidos por outros, exceto se tiverem a perceção de que essa condução vai ao encontro do que eles pretendem.

Será a educação, a formação de um ser humano conforme aos arquétipos que valoriza uma determinada sociedade e aos valores que ela reconhece no seu funcionamento efetivo? Ou trata-se, pelo contrário, de promover uma liberdade sob forma de uma autonomia de pensamento e de iniciativa? Tais são algumas questões que podemos colocar com o escritor Henri Pena-Ruiz. No seu livro *Qu'est-ce que l'école?* ele estima que a educação não é uma simples adaptação aos modelos preexistentes nem a um condicionamento ideológico (Pena-Ruiz, 2005). Da leitura atenta desse autor, podemos inferir que a adaptação ou o condicionamento têm efeitos contrários ao da educação para o desenvolvimento inclusivo.

### **A educação no desenvolvimento inclusivo**

Para melhor compreender o significado do desenvolvimento inclusivo, convém distinguir a **inclusão** da **inserção**. A segunda tem o seu foco no que entra. Ela visa, de uma certa forma, a realização de démarches destinadas a inserir um indivíduo num grupo, numa comunidade de pessoas, num projeto. A inserção, diz assim essencialmente respeito ao esforço feito pelo próprio indivíduo para ter acesso a um determinado espaço. Já a inclusão implica um trabalho feito, não

pelo indivíduo que vai integrar o grupo, mas por aquele ou aqueles que vão o receber. Isso concerne diretamente a criação de condições para acolher aquele que chega, respeitando as suas necessidades e particularidades.

Neste sentido, a educação para o desenvolvimento inclusivo implica a realização de um conjunto de ações destinadas a acolher os educandos, não apenas os portadores reconhecidos de deficiência, mas todos aqueles que sendo envolvidos no processo educativo, precisam ver respeitados os seus interesses, as suas especificidades a fim de os pôr em evidência e desencadear, junto dos educandos, atitudes positivas do processo de transformação.

Educar, – dizia o filósofo francês Olivier Reboul no seu livro *Le langage de l'éducation* – “não significa, ou não significa apenas transmitir atitudes. Educar significa dar a cada um o poder de avaliar com lucidez as suas próprias atitudes e serem responsáveis por elas” (Reboul 1984).

Em Cabo Verde, empoderar os educandos para avaliarem, com lucidez, e perceberem melhor o mundo no qual estão inseridos só poderá ter efeitos sólidos, benéficos e sustentáveis se esse empoderamento passar a integrar a língua que os molda desde a mais tenra idade, no seio do ambiente familiar, na sociedade, na escola – isto é a Língua Cabo-verdiana –, sem descurar as outras línguas, nomeadamente, o Português, que deverá, segundo mostram estudos feitos, beneficiar igualmente com o estudo sistemático da Língua Cabo-Verdiana.

## Referências

- Carreira, António. *O Crioulo de Cabo Verde: Surto e Expansão*. Mem Martins. Gráfica Europam, Lda. 1984.
- Chelmicki, José Conrado Carlos (de), Varnhagem, Francisco Adolfo. *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geográfico-Histórica da Província das ilhas de Cabo Verde e Guiné*, Lisboa, Typographia L.C. da Cunha. 1841.
- Ferreira, Manuel. *A aventura crioula*. Lisboa, Platano. 1973.
- Lopes, Amália. *As línguas em CV: Uma radiografia sociolinguística*. Tese de Doutoramento, 2011.
- Marzano, Michela. *Extension du domaine de la manipulation: de l'entreprises à la vie privée*, Grasset Paris, 2008.
- Mesquitela Lima, Augusto. “A designação “Crioulo”. In *I Colóquio linguístico sobre o crioulo de Cabo Verde*, Ministério da Educação e Cultura. 1979.
- Pena-Ruiz, Henri. *Qu'est-ce que l'école?*, Gallimard. 2005.
- Reboul, Olivier. *Le langage de l'éducation*, Puf. 1984.
- Rey, Alain. *Dictionnaire historique de la langue française*. 3e éd. Dictionnaires LE ROBERT. 2000.

Santos, Rosine. “A Origem do Crioulo”. In *I Colóquio linguístico sobre o crioulo de Cabo Verde*, Ministério da Educação e Cultura. 1979.

Veiga, Manuel. “O Crioulo será um dialecto?”. In *I Colóquio linguístico sobre o crioulo de Cabo Verde*, Ministério da Educação e Cultura. 1979.

Data de receção: 25/5/2023  
Data de aprovação: 15/1/2024